

**EDSON LUÍS KOSSMANN**

Doutorando em Direito Publico pelo Programa de

Pós-Graduação em Direito da UNISINOS.

Mestre em Direito Publico pelo Programa de

Pós-Graduação em Direito da UNISINOS.

Advogado em Direito Público.

**A CONSTITUCIONALIZAÇÃO  
DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Sergio Antonio Fabris Editor**

Porto Alegre, 2015

© *Edson Luís Kossmann*

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

<b>K86c</b>	<b>Kossmann, Edson Luís</b> A constitucionalização do princípio da eficiência na administração pública / Edson Luís Kossmann. – Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Ed., 2015. 168 p. ; 15,5 x 22 cm.  ISBN 978-857525-635-0  1. Direito Administrativo : Aspectos Constitucionais : Brasil. 2. Eficiência : Serviço Público : Brasil. 3. Estado Democrático de Direito. 4. Princípio Constitucional. I. Título.  CDU – 342.9(81)
-------------	--

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a  
**SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR**  
Rua Riachuelo, 1238 – Centro  
Telefone (0xx51) 3227-5435  
CEP 90010-273 – Porto Alegre – RS  
E-mail: [fabriseditor@terra.com.br](mailto:fabriseditor@terra.com.br)  
Site: [www.fabriseditor.com.br](http://www.fabriseditor.com.br)

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	11
<b>Prefácio</b> .....	13
<b>Introdução</b> .....	19
<b>1 Perspectivas de democracia, eficiência e legitimidade do Estado</b> .....	25
1.1 Origem, evolução e finalidade do Estado .....	25
1.1.1 Breve evolução histórica do Estado .....	31
1.1.2 O Estado Brasileiro e o seu pecado original – O Patrimonialismo .....	36
1.1.2.1 As origens históricas e culturais do Estado Brasileiro .....	38
1.1.2.2 A formação da cultura e do Estado Brasileiro .....	42
1.1.2.3 O patrimonialismo no Estado Brasileiro .....	47
1.2 Direito, democracia, eficiência e legitimidade .....	58
1.2.1 Princípios Jurídicos .....	59
1.2.3 Estado Democrático de Direito .....	64
1.2.3.1 Democracia .....	66
1.2.3.2 Estado de Direito .....	69
1.2.3.3 Estado Social .....	73
1.2.3.4 Estado Democrático de Direito .....	76
1.2.4 Princípio da Eficiência .....	81
1.2.4.1 Um Estado eficiente .....	84

1.2.4.2 A positivação (constitucionalização) do Princípio da Eficiência .....	87
1.2.4.3 Conceito e compreensão do Princípio da Eficiência .....	88
1.2.4.4 O Princípio da Eficiência e o “direito à boa administração” .....	94
<b>2 O princípio da eficiência no (con)texto da Constituição brasileira.....</b>	<b>99</b>
2.1 O direito à saúde e a (in)eficiência do Estado brasileiro .....	99
2.1.1 Os direitos fundamentais sociais na Constituição Brasileira e a dificuldade de sua efetivação .....	102
2.2 A constitucionalização do princípio da eficiência como mais um mito da cultura positivista.....	118
2.2.1 A formação da cultura e das instituições e a produção de mitos .....	118
2.2.1.1 A produção do mito como estratégia de acomodação social.....	122
2.2.3 A Constitucionalização do Princípio da Eficiência como resposta à necessidade cultural da tradição jurídica dominante .....	125
2.2.4 Formação humana como exigência para uma atuação eficiente do Estado.....	127
2.3 A compreensão do princípio da eficiência no contexto constitucional brasileiro.....	130
2.3.1 Visão Neoliberal: eficiência, resultados e desburocratização .....	130
2.3.2 Resultados legítimos e eficientes.....	137
2.3.2.1 Sistema gerencial de administração pública ....	137
2.3.2.2 A busca por resultados .....	142
2.3.3 Eficiência social e legitimidade do Estado Democrático de Direito.....	143
<b>Considerações finais .....</b>	<b>151</b>
<b>Referências .....</b>	<b>161</b>